

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

EMENDA N.º

Inclua-se o seguinte art. 5º à Medida Provisória 375, de 15 de junho de 2007, renumerando-se os demais:

“Art. 5º. Os percentuais mínimos de ocupação dos cargos em comissão, referidos nesta Medida Provisória, por servidores de carreira, tendo como base o ano de 2007, deverão ser de:

I – 85% (oitenta e cinco por cento) dos cargos em comissão DAS, níveis 1,2 e 3 e equivalentes;

II – 75% (setenta e cinco por cento) dos cargos em comissão DAS, nível 4 e equivalentes;

III – 60% (sessenta por cento) dos cargos em comissão DAS, nível 5 e equivalentes;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão DAS; nível 6 e equivalentes.

§ 1º para fins desta Lei, considera-se como servidor de carreira os servidores, ativos ou inativos, oriundos de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no qual ingressou mediante concurso público ou, se em data anterior a 5 de outubro de 1988, mediante forma de provimento permitida pelo ordenamento jurídico da época de ingresso.

§ 2º Esta medida deverá entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2008.

§ 3º No primeiro decêndio de fevereiro de 2009 o controle interno de cada órgão enviará ao Tribunal de Contas relatório circunstanciado relativo à exigência prevista no caput deste artigo.

§ 4º Em caso de inobservância do disposto no caput deste artigo, os órgãos não poderão:

I - receber transferências voluntárias;



III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal."

JUSTIFICATIVA

O serviço público federal tem se caracterizado ao longo dos últimos anos pela busca da qualidade em seus quadros. A necessidade do concurso público para o ingresso permanente no funcionalismo público, a partir da Constituição Federal de 1988, fez com que o nível dos quadros melhorasse sobremaneira, com visíveis conseqüências para a melhoria da administração pública e a eficiência das políticas públicas. No entanto, a possibilidade de livre provimento dos cargos em comissão, muitos deles os mais importantes da estrutura da administração pública, tem possibilitado situações indesejáveis com prejuízos para a administração pública e desprestígio para as carreiras públicas.

Em 21 de julho de 2005 foi publicado o Decreto nº5.497 que dispôs sobre o provimento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS. Com ele foram estabelecidos alguns critérios de ocupação destes cargos com exclusividade de servidores de carreiras. No entanto, acreditamos que a presente proposta ao restringir mais o acesso aos cargos em comissão contribui para a valorização dos servidores e das carreiras públicas, para a boa governança administrativa e para a melhoria de nossas políticas públicas. Além disso, segundo podemos observar de dados extraídos do Boletim Estatístico do Pessoal de 2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os percentuais definidos nos incisos I a IV da presente Emenda são bastante próximos a participação efetiva de servidores de carreira nos cargos em comissão do Poder Executivo.

Por fim, vale lembrar que a parcela dos cargos sujeita a livre nomeação, sem a obrigatoriedade da nomeação de servidores públicos de carreira, visa dar conta das necessidades pontuais dos dirigentes máximos de cada órgão.

Sala da Comissão, em junho de 2007.


Deputado **CEZAR SILVESTRI**
PPS/PR

